
A história social sobre o período moderno em Portugal: um balanço dos últimos 40 anos, 1980-2020

Social History on the Early Modern Portugal: A Review of the Last Forty Years, 1980-2020

Histoire sociale sur la période moderne au Portugal: un aperçu des 40 dernières années, 1980-2020

Isabel dos Guimarães Sá



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/11004>

DOI: 10.4000/lerhistoria.11004

ISSN: 2183-7791

Editora

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Edição impressa

Data de publicação: 1 dezembro 2022

Paginação: 23-43

ISSN: 0870-6182

Refêrencia eletrónica

Isabel dos Guimarães Sá, «A história social sobre o período moderno em Portugal: um balanço dos últimos 40 anos, 1980-2020», *Ler História* [Online], 81 | 2022, posto online no dia 12 dezembro 2022, consultado no dia 15 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/11004> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.11004>



Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional - CC BY-NC 4.0
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

A HISTÓRIA SOCIAL SOBRE O PERÍODO MODERNO EM PORTUGAL: UM BALANÇO DOS ÚLTIMOS 40 ANOS, 1980-2020

Isabel dos Guimarães Sá

CECS e Departamento de História, Universidade do Minho, Portugal
isabeldosguimaraessa@gmail.com

23

A história social conheceu um período de expansão nos anos 90 do século XX, mercê de uma geração de historiadores que iniciaram ou renovaram o estudo de tópicos importantes no âmbito das suas teses de doutoramento. Muito embora os novos estudos não deixem de ter o social como componente importante, nas décadas seguintes esse interesse fez-se sentir com menos intensidade, em parte devido a alguma desvalorização das abordagens quantitativas, e à ascensão da história política e cultural. Fazendo um balanço das principais obras da historiografia social sobre o período moderno em Portugal nos últimos quarenta anos, este ensaio tem também a pretensão de esboçar uma proposta de agenda de investigação em matéria de história social de Portugal e do seu império.

Palavras-chave: história social, Portugal, império português, período moderno.

Abstract (EN) at the end of the article. Résumé (FR) en fin d'article.

Este ensaio pretende traçar uma panorâmica geral sobre a produção em história social sobre Portugal e o seu império ao longo dos últimos quarenta anos. Adotou-se um entendimento segundo o qual a história social consiste no estudo das sociedades tratadas numa perspetiva historicista, isto é, incluindo as categorias de espaço e tempo (e, portanto, insistindo sobre as continuidades e mudanças), prestando atenção aos contextos e às estruturas. A análise do tempo consiste no fator diferenciador da história face às outras humanidades e ciências sociais, pelo que não será excessivo enfatizar a sua importância. Por seu lado, estende-se esta noção ao estudo de indivíduos ou grupos cujas vivências espelham a sociedade em que viveram, com a intenção de não reduzir pessoas e grupos a entidades anónimas e abstratas. A presença das estruturas relaciona-se com a compreensão do quadro geral; em história social é preciso explicar as desigualdades, bem como conhecer os enquadramentos gerais da economia, cultura, espaço e tempo que condicionam a vida das sociedades.

Os critérios que presidiram à escolha das obras e dos autores citados devem ser objeto de clarificação. Entendeu-se que a historiografia sobre o

período moderno em Portugal e seu império não seria a mesma sem a onda de cooperação entre historiadores portugueses e brasileiros, que se intensificou a partir da viragem do século, dando origem a uma historiografia partilhada. Não obstante, não será possível fazer um balanço da história social no Brasil, e apenas se indicarão aqueles autores cujas obras relevam dessa colaboração, ou cuja influência se fez sentir na historiografia portuguesa. O mesmo critério será aplicado a outras historiografias, nomeando apenas os historiadores mais influentes durante os últimos quarenta anos. Concedeu-se assim preferência à historiografia portuguesa e, mesmo restringindo o âmbito a esta última, foi impossível abarcar todas as obras e autores.

O texto desenrolar-se-á da seguinte forma: numa primeira etapa faremos um breve percurso pela produção teórica sobre a história social, no sentido de dar conta das metamorfoses que esta foi sofrendo ao longo do tempo. Em seguida, analisaremos a produção historiográfica dividindo-a, tanto quanto possível, em dois períodos (1980-2000 e 2001-2020). Neste caso, a opção por considerar separadamente os anos compreendidos entre 1980 e 2000 das duas décadas seguintes teve que ver com uma viragem proporcionada pela influência crescente de uma historiografia anglo-saxónica, em detrimento da francesa, ao mesmo tempo que se intensificaram os pontos de contacto não só entre historiadores portugueses e brasileiros, mas também com os de outras nacionalidades, mercê das necessidades de internacionalização que incidiram sobre este campo de estudo. Numa terceira parte, focaremos algumas das principais lacunas a colmatar, bem como os temas que ganhariam com alguma revisão historiográfica.

1. Percursos da história social

Se fizermos uma busca na *Amazon books* à procura de abordagens teóricas à história social, encontraremos poucos livros, e quase todos circunscritos aos anos noventa do século XX. Há textos universitários, *companions* ou *readers* sobre todos os tipos de abordagens (como história das emoções, *world history*, história global, história cultural, história económica, história política, *gender history*), mas sobre história social não temos nenhum livro recente. A obra *History and Social Theory* de Peter Burke, publicada em 1993, com reedições posteriores, talvez seja a mais útil sobre o assunto, a que não se juntam muitas outras (Burke 1993; Stearns 1994; Sewell 2005). No entanto, a ausência de livros esconde um esforço de reelaboração levado a cabo pelos historiadores no sentido de refletirem sobre a trajetória da história social desde os seus inícios nos anos sessenta do século XX. Em resultado dessa reflexão, a definição de história social, além de contemplar

variações, regista uma evolução, que podemos delinear de forma esquemática. Nas suas primeiras duas décadas (1960 e 1970), a história social começou por focar a agência e as atividades dos grupos de pessoas comuns, privilegiando em especial as ligações à sociologia. Nesses inícios estudava-se classe em vez de raça ou género, com alguma ênfase na quantificação (Karush e Stearns 2018). Tempos em que a influência da escola dos *Annales* extravasava a França; esta concedia relevo ao estudo do clima, da geografia e da demografia, numa história que abria espaço aos fenómenos coletivos em vez dos acontecimentos únicos ou das grandes personagens. Mais tarde, a micro-história tentou reconciliar o particular com o geral, partindo do pressuposto de que o indivíduo, mesmo isolado, espelha a sociedade onde se integra (Seidman 2007).

A história social sofreu nas últimas duas décadas o impacto da história cultural, a ponto de quase desaparecer dos questionários dos historiadores. Nos últimos anos misturam-se os apelos no sentido de se delinear uma nova história social, embora seja de notar que ela já vem sendo feita. A reflexão teórica entretanto produzida dá conta dessa evolução. Assim, Katrina Navickas propõe um regresso ao materialismo (a que chamou de *new materialism*), definindo história social como o estudo das sociedades e das estruturas que as compõem. Mais importante do que contemplar a ideia de materialismo, adotada de Marx, mas sem seguir o modelo de análise marxista, é importante sublinhar nesta definição a presença do conceito de “estrutura”, tão fora de moda nas últimas décadas, e que pressupõe o regresso da análise das estruturas estatais que governam e fazem as leis, das instituições repressivas e da economia; do capital e das instituições económicas nele baseadas; do trabalho nas suas formas múltiplas; e das identidades de classe, intersetadas pelo género, idade e raça (Navickas 2018). Um dos objetivos da produção teórica recente consiste em melhorar a articulação da história social com a história cultural e política. Assume particular importância a emergência de uma história transnacional, ao mesmo tempo que se constata que a história cultural deve ter em conta os enquadramentos sociais, uma vez que discursos e significados não são independentes dos grupos que os produzem. Em resultado destas preocupações, a história social é hoje objeto de uma politização crescente, também ela associada à vertente cultural, uma vez que se torna essencial descortinar o modo como os grupos sociais competem pela hegemonia (Moreyra 2014).

A historiografia sobre Portugal e o seu império, como veremos, acompanha as tendências internacionais. Todavia, não se fez nenhuma reflexão sobre a escrita da história social, e temos apenas uma tentativa de descortinar os seus inícios entre o final do Antigo Regime e o 25 de Abril de 1974 (Monteiro

2017). Do mesmo modo, ao contrário de outros países, não existem ainda histórias sociais gerais sobre a sociedade do período moderno em Portugal ou no seu império, nem se publica nenhuma revista científica que a tenha como prioridade, mesmo alargando o âmbito de análise a outros períodos históricos. Como explicar esta ausência? Provavelmente a resposta tem que ver com uma relação idêntica à que temos com o chão que pisamos. Tendemos a olhar para o céu e para a paisagem, e a tomar o chão como um dado adquirido. As sociedades constituídas por pessoas – o que exclui a história natural – são um conteúdo comum a todos os nossos trabalhos. Ou seja, cabe quase tudo em história social, e poucas investigações em história escapam à necessidade de abordar grupos e hierarquias sociais.

É cada vez mais raro estudar isoladamente os temas e torna-se difícil estabelecer uma separação nítida entre história social, económica, política e cultural. Não obstante, observa-se alguma perda de terreno da história social, em grande parte porque as abordagens quantitativas perderam terreno, sem que se tenha chegado a um equilíbrio entre qualitativo e quantitativo (Karush e Stearns 2018). Nos últimos anos assistimos a uma série ininterrupta de viragens historiográficas, passíveis de serem interpretadas como caprichos de historiadores com necessidade de afirmação académica. Demasiadas curvas. Na grelha de questões formuladas pelos organizadores da mesa-redonda que deu origem a este texto perguntava-se de que forma a disciplina terá sido atravessada pelas múltiplas viragens historiográficas dos últimos 40 anos – *linguistic turn*, *cultural turn*, *gender turn*, *imperial turn*, *postcolonial turn*, *transnational turn* e *global turn* –, mas há ainda que acrescentar o *material turn* e o *archival turn*. A história social encontra-se implícita nestas novas abordagens, mas é relegada para os bastidores. Como escapar a classificações sociais, à história da família, das idades da vida, ao estudo de velhos e novos grupos sociais, à história do trabalho, entre outros tantos tópicos que constituem a panóplia tradicional de temas da história social? Como adiante se verá, mau grado a raridade da reflexão teórica sobre história social, a historiografia sobre Portugal e império tem acompanhado, por vezes de modo intuitivo, a evolução da história social desde os seus inícios até aos dias de hoje.

2. Os anos 1980 a 2000

Nas décadas de 1960 e 1970, imediatamente anteriores àquelas sobre as quais este balanço se debruça (1980-2020), os estudos de história social em Portugal estavam associados à história económica e, na senda da história dos *Annales*, também à geografia (Oliveira 1971; Magalhães 1988), sofrendo

pouco depois o impulso da demografia histórica. As comunidades rurais foram objeto de estudos importantes nas décadas de oitenta e noventa, em grande parte impulsionados pela expansão do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* noutros países europeus, que as analisaram na ótica dos grupos corresidentes e das ocupações socioprofissionais.¹ Os estudos de demografia histórica de influência francesa, alicerçados em registos paroquiais, receberam também grande atenção nesses anos.²

A década de noventa representou uma viragem importante, uma vez que muitos tópicos passaram a ser analisados de forma autónoma face à geografia, economia ou demografia histórica, operando um afastamento progressivo face à escola dos *Annales*. Cabe aqui também referir a influência da obra de António Manuel Hespanha, que promoveu a compreensão da sociedade portuguesa através da história do direito, e esteve na origem de estudos de índole social que marcaram uma geração de historiadores. Foram anos férteis em teses de doutoramento, na sua maioria publicadas em livro, que exploravam problemáticas importantes da realidade social do Antigo Regime, tais como a corte régia, as nobrezas, as ordens militares, as casas aristocráticas, os grupos mercantis, o abandono de crianças, as práticas sociais em torno da morte, os réus e o funcionalato da Inquisição, entre outras. Esta última instituição, analisada sob as mais diversas perspetivas, tem sido objeto de um *continuum* de estudos que atravessa todo o período analisado neste artigo (Bethencourt 1994; Marcocci e Paiva 2013). Nas duas décadas seguintes aos anos de 1990, os aspetos sociais foram objeto de menor interesse por si mesmos, mas continuaram a constituir o pano de fundo de vários estudos de história política e cultural. Os avanços da história social foram proporcionados por aquilo que, à falta de melhor, se designará por *primeira revolução tecnológica* da investigação histórica. Aconteceu a partir do final dos anos oitenta, com o advento do computador de secretária, em breve seguido pelo portátil, de que os historiadores se podiam fazer acompanhar nas suas deslocações aos arquivos, tornando mais rápida a recolha de informação. Aumentou também a capacidade de proceder a estudos estatísticos, graças à utilização de bases de dados e folhas de cálculo.

Este vinténio foi fértil em estudos sobre comunidades rurais, tanto no sul e centro do país (Fonseca 1982 e 1987; Neto 1997; Santos 1993; Serrão 2000) como no noroeste português (Durães 2001). Contudo, nestas duas primeiras décadas, a historiografia social em Portugal debruçou-se sobretudo

1 No qual avultam os trabalhos de Robert Rowland (1984 e 1988) e Álvaro Ferreira da Silva (1987 e 1995).

2 Sobretudo os trabalhos de Maria Norberta Amorim (1987) e teses que orientou.

sobre os dois extremos da escala social: ora a aristocracia de corte e as elites, ora algumas categorias de pobres. Os grupos superiores foram os mais estudados, uma vez que a sua pertença a uma determinada posição na hierarquia social se encontrava codificada nas leis do reino e nos comportamentos. E, também, porque os indivíduos de maior estatuto estiveram na origem de grande parte das fontes históricas e muitas vezes foram os seus destinatários. Desta forma, estamos hoje mais bem informados sobre “casas”, no sentido aristocrático do termo (Monteiro 1998), clientelas e relações de patrocínio da fidalguia e nobreza (Cunha 2000) ou elites locais (Rodrigues 2003).

Também foram elaborados trabalhos importantes sobre as elites políticas municipais – como os estudos de Magalhães (1994), Soares (1995) e Capela (1999), e de historiadores brasileiros, como Fragoso, Bicalho e Gouvêa (2001). As vivências em torno da morte também são hoje mais conhecidas, pelo menos para o século XVIII na cidade de Lisboa (Araújo 1997). No âmbito desta polarização entre os dois extremos da pirâmide social, estudaram-se os grupos intermédios, que se encontravam mais perto do topo do que da base, integrando elites específicas. Neles poderíamos incluir os mercadores de grosso trato ou os negociantes, mas também as chamadas profissões liberais, caracterizadas (ou não) pela obtenção de graus académicos (juristas em leis ou cânones, boticários, professores, notários, escrivães, médicos e cirurgiões). Embora o estudo destes grupos tenha começado nas duas últimas décadas do século XX, tem-se prolongado por esta centúria.³

A escravatura e as sociedades escravocratas foram objeto de grande interesse, sobretudo por parte da historiografia brasileira e anglo-saxónica (Russell-Wood 1982; Schwartz 1988; Ferlini 1998; Hespanha 2001). Os pobres receberam também atenção: órfãos, expostos, doentes de hospitais, defuntos, pobres envergonhados, presos, embora algumas destas categorias ainda necessitem de aprofundamento. Para a região de Minas Gerais, revelou-se a extensão da miséria dos portugueses sem sucesso na exploração do ouro (Souza 1990). De notar que a maior parte dos estudos sobre pobres se baseia nas fontes das instituições de caridade. Entre os seus beneficiários, talvez um dos grupos mais estudados tenha sido o dos expostos, uma vez que o fenómeno conheceu uma progressão avassaladora no período moderno (Sá 1995). Um eixo importante de investigação tem-se centrado nas confrarias,

³ Sobre taxonomias sociais: Durães (2013); sobre negociantes e grupos mercantis: Pedreira (1995), Costa (2002) e Bohorquez e Menz (2018); sobre profissões jurídicas: Subtil (1995 e 2010) e Camarinhas (2010); sobre ofícios de escrivania: Almeida (2004); sobre a universidade e seus estudantes: Fonseca (1995), Vaquinhas e Ribeiro (2020); sobre os médicos: Abreu (2021); sobre a transmissão de ofícios por via feminina: Stumpf e Chaturvedula (2012).

sobretudo nas irmandades de misericórdia, uma vez que estas, para além de se poderem considerar instituições típicas da primeira modernidade portuguesa, assumiram uma importância crucial nas sociedades portuguesas, tanto no reino como nas suas diásporas (Sá 1997; Abreu 1999; Lopes 2000; Araújo 2000).

Confrarias elitistas no que toca à admissão de irmãos, as misericórdias constituem um observatório privilegiado para abordar as elites e grupos intermédios presentes nas comunidades locais. As suas fontes documentais têm sido utilizadas como manancial de informações sobre as diferentes tipologias de pobres, ou sobre a concessão de crédito a grupos nobiliárquicos e intermédios (Rodrigues 2019). Uma vez que a Idade Moderna tornou as mulheres especialmente vulneráveis a situações de destituição, grande parte desses trabalhos colocaram em evidência a sua presença esmagadora entre os recetores de recursos de caridade, colocando em destaque um fenómeno internacional que já foi definido como a “feminização” da pobreza (Terps-tra 2013). Para além das mulheres pobres (Lopes 2000), a historiografia social debruçou-se também sobre as freiras e recolhidas, e sobre mulheres negras ou mestiças em contexto colonial (Algranti 1993; Caldeira 1997; Gandelman 2008).

3. Os anos 2000 a 2020

No início do século XXI, em grande parte devido à afirmação de uma historiografia associada ao *postmodern turn*, verificou-se algum cansaço relativamente às abordagens de tipo quantitativo, ao mesmo tempo que se valorizaram formas de fazer história alicerçadas em análises de tipo discursivo, muito utilizadas pela história política e cultural. As últimas décadas foram marcadas pela influência destes dois campos de estudo, dando a impressão de que a história social perdeu terreno, embora, como se disse, essa perda seja mais aparente do que real. Destacamos como exemplo o segundo volume da *História da Vida Privada em Portugal*, em que os diferentes assuntos foram abordados segundo uma perspetiva social (Monteiro 2011).

Uma das características deste vinténio foi o reconhecimento da importância das desigualdades de género numa perspetiva relacional, ao contrário da tradicional história das mulheres.⁴ No entanto, concedeu-se quase atenção

⁴ Entre as obras mais representativas da história das mulheres, ver Hufton (1996). Sobre perspetivas relacionais, ver Ko (2012). Por uma questão de comodidade analítica considerou-se apenas o género em modo binário.

exclusiva ao género feminino, em detrimento do masculino ou da ambiguidade de género (Soyer 2012). Assim, as mulheres são as protagonistas destes estudos, quer se trate de mulheres negras em processo de enriquecimento, como por exemplo vendedoras ambulantes (Faria 2004; Dantas 2016), de mulheres das comunidades marítimas (Abreu-Ferreira 2000 e 2002; Polónia 2007), de mulheres de cidades do império (Penalva 2011), ou ainda quando se estuda a relação das mulheres com a justiça e a posse de bens (Abreu-Ferreira 2015). As mulheres letradas, como por exemplo a escrita conventual feminina, têm sido geralmente abordadas em estudos literários. Outro importante tema recente é o das comunidades de origem portuguesa, quer se trate de portugueses estabelecidos no império espanhol (Ventura 2005; Sullón Barreto 2016), de comunidades de judeus e cristãos-novos estabelecidas no império (Tavim 2001) ou sefarditas portuguesas em território europeu (Bodian 1997; Swetschinski 2004; Trivellato 2009; Bernfeld 2011; Martins 2019). Ou ainda, o estudo das mobilidades de judeus e de muçulmanos entre o norte de África e Portugal (Barros e Tavim 2021).

A característica mais importante da produção em história social do último vinténio, sobretudo da década iniciada em 2010, diz respeito ao império português, por vezes comparado com o espanhol, e, em menor grau, com os impérios do norte da Europa. Cabe assinalar a discussão em torno da essência do império, que reflete sobre as características da população dos seus territórios, muitas vezes miscigenada ou caracterizada pela presença de não-portugueses, e a natureza da relação entre o império e o reino, conduzindo à noção de império informal e à convicção de que as elites dos territórios ultramarinos agiam segundo os seus interesses, muitas vezes em detrimento dos da coroa.⁵ Neste panorama, destacam-se os estudos que incidem sobre a agência dos grupos sociais na apropriação de quadros legais (Serrão e Rodrigues 2017), sobre a negociação entre atores sociais (Xavier 2008) ou sobre escravatura, versando sobretudo o tráfico de escravizados, bem como as políticas raciais (Lara 2007; Silva 2011; Richardson e Silva 2015). Para a África ocidental, temos os trabalhos sobre criouliização da população (Green 2013), ou sobre a formação e desenvolvimento das elites em Cabo Verde (Cabral 2015). Angola tem sido bem estudada, com destaque para os trabalhos de Roquinaldo Ferreira (2012), Mariana Candido (2013) e Catarina Madeira-Santos (2019). Já Moçambique tem recebido menos atenção (Rodrigues 2013), em contraste com Goa (Lopes 2006; López-Salazar 2019) ou Macau (Souza 1986; Vale

⁵ Trata-se de uma historiografia demasiado vasta para ser aqui referida com detalhe, e que nem sempre discrimina a composição dos grupos sociais a que alude. Vejam-se a síntese de Cátia Antunes (2020) sobre a questão, a obra de António Manuel Hespanha (2019) sobre o império “informal”, e ainda Bouza Álvarez, Cardim e Feros (2019) ou Grafe (2018) sobre os impérios ibéricos analisados em conjunto.

1997). As populações indígenas da América portuguesa têm também sido objeto de estudos (Domingues 2000; Garcia 2009; Moreira 2019), bem como a demografia do império português (Matos 2016).

4. Amanhã: perspectivas de futuro

A história é por natureza uma disciplina revisionista e, como tal, a sua escrita exige uma renovação constante (Banner 2021). Assim, alguns temas estão ainda por tratar ou carecem de ser estudados sob novas perspectivas, quer através da exploração de novas fontes históricas, quer através de novos olhares que permitam releituras. A primeira observação é que a história social do período moderno não se pode confinar aos séculos XVI a XVIII, que têm constituído os limites tradicionais da historiografia modernista sobre Portugal e o seu império. Trata-se de uma periodização inelástica, de matriz eurocêntrica. O *antes* (neste caso, o período medieval tardio) e o *depois* (século XIX) constituem períodos de transição que podem enquadrar o estudo dos diferentes temas, sob pena de perdermos as transformações estruturais na média e longa duração, ou de considerarmos como “novidade” processos que se arrastam desde épocas anteriores. Um foco excessivo em períodos de tempo demasiado curtos acarreta o risco de facultar visões demasiado parcelares, deixando escapar continuidades e mudanças.

Por outro lado, há temas que carecem de novas abordagens, como a história social do mundo do trabalho. O género reveste particular acuidade no interior deste tema: tópicos como a divisão do trabalho e das tarefas ou a existência de ocupações masculinas em oposição às femininas (amas de leite, prostitutas, padeiras, regateiras, etc.) merecem atenção, tanto mais que é possível discernir uma continuidade em relação ao passado medieval. Mau grado a existência de alguns trabalhos (Pereira 1992; Cruz 2018), faltam também estudos sobre o universo das corporações de ofício – um tema um tanto esquecido pela historiografia recente – que permitam conhecer melhor o trabalhador qualificado, bem como estudos que aprofundem o pouco que se sabe sobre criados e outros servidores domésticos. Por seu turno, embora se possa discutir se a pequena nobreza integra os grupos intermédios, fez-se ainda pouca investigação sobre a pequena nobreza provincial, sobretudo em relação aos espaços transoceânicos, secundarizada face à alta nobreza e à aristocracia (Rodrigues e Torrão 2011). Por se encontrarem no meio da escala social, os limites deste grande grupo, de maior envergadura do que inicialmente se pensou, não são definidos: os seus representantes podem enriquecer ou empobrecer, alcançar o patamar social seguinte, por casamento, desempenho de novas funções ou outro processo.

A heterogeneidade dos grupos intermédios revela a necessidade de estudar com mais insistência os fenómenos da mobilidade social ascendente, à semelhança do que vem sendo estudado para o Brasil em relação aos ex-escravos (Guedes 2007). Há ainda que aprofundar as formas de discriminação: a questão da discriminação racial/religiosa com base no sangue impuro de mouro, judeu, cristão-novo, mas também os defeitos de “mecânica”, porque, embora exista excelente investigação sobre o assunto, um enfoque específico sobre estas questões poderá contribuir para a compreensão da mobilidade social (Olival 2001; Figueirôa-Rêgo e Olival 2011; Bethencourt 2013). A mobilidade descendente constitui também um tópico relevante, para já negligenciado. Era importante conhecer o impacto das diferentes vicissitudes nas estratégias de reprodução, ou eventual ascensão, social dos indivíduos e grupos. Neste panorama, torna-se imprescindível aprofundar as metodologias de análise de redes, que tem ainda poucos cultores em Portugal (Carvalho 2007).

O apego aos discursos autorreferenciais, nos quais os indivíduos proclamam viver *à lei da nobreza* sem o beneplácito das comunidades onde estavam inseridos, pode ser entendido como uma espécie de luta de classes latente. Os discursos também nos informam sobre formas de masculinidade em Portugal e no seu império, um tema ainda por explorar. Será de todo o interesse associar a história das emoções à história social no sentido de descortinar a expressão de sentimentos de orgulho, inveja ou frustração perante as desigualdades sociais e de género. A sociabilidade popular foi também abordada nos meios urbanos de maior envergadura, bem como o associativismo confraternal, em particular no que diz respeito a pessoas escravizadas (Lousada 1995; Lahon 2003; Fonseca 2016). Contudo, ainda parece haver muito a investigar neste campo, sobretudo quanto aos rituais públicos e privados. Continua ainda por estudar uma categoria esquecida na história social: o povo, entendido como um coletivo global que atravessa hierarquias sociais e se move enquanto mole de indivíduos, sobretudo em momentos cruciais de viragem política. Apesar do interesse crescente que têm despertado nos últimos anos, os movimentos sociais merecem também alguma renovação historiográfica, tanto na sua vertente mais visível – a dos protestos e sublevações – como na das resistências, mesmo aquelas encapuladas sob a forma de maledicência, preguiça e “vícios”, para as quais E. P. Thompson chamou a atenção.⁶ Nesse sentido, seria legítimo associar estes estudos ao da violência criminalizada que tem recebido pouca atenção, pro-

⁶ Além de Cunha (2021), veja-se o site *Impressões Rebeldes* (<https://www.historia.uff.br/impressoeresbeldes>), dirigido por Luciano Figueiredo, da Universidade Federal Fluminense.

vavelmente pela escassez de fontes diretas que permitam estudá-la (Ribeiro 2012; Abreu-Ferreira 2015).

Existem subgrupos que se encontram por estudar, como por exemplo os padres seculares e o clero regular, uma vez que sabemos ainda pouco sobre a importância das ordens sacras para a mobilidade social dos grupos intermédios, e desconhecemos as modalidades de recrutamento, por certo diferenciadas, das diferentes ordens religiosas masculinas. O clero, talvez por apresentar uma gama muito vasta de modalidades de pertença, origens sociais diversificadas e disparidades de rendimento entre os seus diferentes elementos, conta com alguns estudos (Sousa 1979; Sousa *et al.* 2020). Uma vez mais, o topo da hierarquia – os bispos e os cabidos – recebeu atenção preferencial (Paiva 2006; Silva 2010). Mau grado alguns trabalhos importantes (Rodrigues e Olival 2016), ainda faltam estudos sobre clérigos de missa e abades de paróquia. Desconhecemos também a identificação social de frades e freiras, em grande parte porque muitos fundos relativos a profissões religiosas nas abadias e conventos desapareceram. No entanto, na documentação notarial podem ser encontrados contratos de dote para professor. Neste campo, é notório que os cenóbios femininos receberam maior atenção do que os masculinos (Caldeira 2021). É preciso saber mais sobre que ordens religiosas atraíam determinados setores em detrimento de outras, bem como sobre a preferência de grupos de parentesco por alguns conventos. A presença de estratos sociais heterogêneos nos cenóbios femininos fazia-se sentir, dado que nem todas as famílias dispunham do dote necessário para fazer professor as filhas, e muitas mulheres davam entrada nos conventos noutras modalidades: como escravas, criadas, educandas, porcionistas, freiras de véu branco, e freiras de véu preto ou professoras, gerando formas de institucionalização e convivência hierarquizada que era importante conhecer. A composição dos grupos mercantis, de refugiados e estrangeiros vivendo nas cidades, sobretudo nos portos de mar, tem sido também abordada de forma fragmentária, por vezes incidindo sobre “nações” específicas (por exemplo, italianos), faltando estudos que relacionem essas comunidades com os seus enquadramentos sociais.

Com o aumento do número de projetos de investigação individuais ou coletivos, leram-se e estudaram-se muitas fontes pouco abordadas até aqui. Todavia, uma segunda revolução está em curso no que toca à recolha e gestão da informação, proporcionada pela digitalização de fontes arquivísticas manuscritas e impressas. As humanidades digitais encurtaram ainda mais o tempo que medeia entre a recolha de dados e a publicação de estudos, conduzindo a uma proliferação de bibliografia sem precedentes em todos os campos da história. Embora a quantidade de fontes inéditas que conti-

nuam à espera de serem lidas e analisadas tenha diminuído, temos hoje a possibilidade de diversificar os fundos documentais consultados numa escala nunca antes vista. É possível consultar à distância arquivos e bibliotecas de muitas partes do mundo e aumentar a diversidade de tipologias de fontes históricas com que trabalhamos, sejam elas visuais ou textuais. Em vez de proceder a estudos com base em séries documentais homogêneas, muitas vezes produzidas por uma única instituição, o historiador pode consultar de forma rápida fontes diversificadas e cruzar os dados compulsados. As humanidades digitais oferecem-nos a possibilidade de rastrear indivíduos em fontes de proveniências documentais muito díspares. A quantificação continua a ser útil, mas há que usá-la com bom senso. A análise de um conjunto de casos individuais pode revelar muita informação sobre processos que a agregação de dados escamoteia. A história a partir do chão, ou, se quisermos, de baixo para cima, revela dinâmicas inesperadas. Quando se reconstituem trajetórias e relações sociais, vêm à tona aspetos que, até agora, só as fontes literárias evidenciavam.

O interesse pela ruralidade parece ter esmorecido, mau grado alguns trabalhos importantes (Neto 2010), uma vez que o estudo das comunidades rurais tem sido preterido em favor de temas talvez mais aliciantes do ponto de vista da internacionalização. As cidades, sobretudo as portuárias, ocupam com toda a legitimidade um papel importante na historiografia social, mas seria necessário conhecer melhor as pessoas que viviam da terra, os regimes de propriedade e de arrendamento, a forma como transmitiam bens às gerações seguintes, os costumes locais, as formas de representação política, e os vínculos jurídicos e emocionais que as ligavam entre si. As dinâmicas da emigração, assim como as migrações internas, merecem também estudos específicos, permitindo situar os emigrantes nos seus contextos familiares, e aprofundar o impacto na nupcialidade e ilegitimidade das comunidades de origem, e em última análise contribuir para uma melhor compreensão da sociedade portuguesa do Antigo Regime, na qual a mobilidade sazonal ou definitiva constituía um elemento fundamental.

Continua a sentir-se a falta de uma história da família em Portugal, capaz de mobilizar um espetro alargado de fontes, para além de retomar o interesse pela demografia histórica. Os trabalhos demográficos fornecem dados indispensáveis ao historiador social, como o impacto das crises de mortalidade, as idades médias ao primeiro casamento, o celibato definitivo, o número de filhos por casal, as alianças matrimoniais e as relações de compadrio. A tendência atual é a de consultar os registos paroquiais de forma cirúrgica, mas haveria que estudar de forma completa algumas freguesias significativas, sobretudo urbanas, à semelhança do que foi feito para Gui-

marães ou para a cidade do Porto no século XVII (Amorim 1987; Osswald 2008). Continua a ser importante saber quem casa com quem, e quando, ou como as crises de mortalidade se abatem sobre as comunidades. Não nos devemos também esquecer de que a maior parte das fontes documentais é omissa quanto às idades das pessoas e a única forma de as calcular pode ser através dos registos paroquiais, depois de um demorado e metucioso trabalho de reconstituição. O estudo do abandono de crianças ganharia também em ser observado através dos registos paroquiais de batismo, uma vez que, ao contrário da documentação proveniente das rodas de expostos, esta fonte permite estabelecer uma relação entre expostos e filhos ilegítimos.

Faltam mais trabalhos sobre grupos específicos, perspetivas de género, raça e conflitualidade social no império português. Observa-se uma maior tendência para estudar personalidades individuais, como as histórias de bispos específicos e seus episcopados ou governadores e vice-reis, que têm sido privilegiados em detrimento de estudos sobre coletivos. Há ainda muito para fazer no que respeita às dinâmicas de integração e exclusão social de pessoas escravizadas. A existência de escravatura doméstica em Portugal, sobretudo nas maiores cidades, está também a requerer a atenção dos historiadores sociais, uma vez que, se excetuarmos os trabalhos para Lisboa e o sul do país (Fonseca 2010; Caldeira 2017), há poucos estudos sobre escravatura e pessoas escravizadas. Um aspeto em estreita relação com o estudo da escravatura é o do trabalho forçado no reino, que emerge hoje como um tema de investigação, pela contiguidade em relação ao próprio trabalho dos escravizados, e ao seu prolongamento no século XX, sobretudo em contexto colonial.

Há ainda documentação importante para a história social que não foi explorada em todas as suas dimensões. Os registos notariais, por exemplo, constituem fontes de difícil leitura, tanto devido à ausência de indexação das escrituras como também pelas caligrafias por vezes quase indecifráveis de alguns tabeliães ou dos seus escrevães. Estas fontes guardam ainda muitos segredos: são importantes para o estudo das diferenças de género (dotes de casamento e entrada nos conventos das mulheres); conflituosidade social (os perdões entre partes); testamentos, partilha de bens, entre as muitas outras questões que resolvem. Mau grado os avanços significativos da história social nos últimos anos, faz-se sentir a ausência de abordagens historiográficas de tipo relacional que coloquem em evidência os enquadramentos sociais: a família, a rua, os vizinhos, a paróquia, a confraria, as corporações, as ordens terceiras, entre outros.

5. Conclusões

36

Mau grado a necessidade de colmatar algumas lacunas, e de proceder a revisões historiográficas, seria despropositado negar os avanços da história social sobre Portugal e império nos últimos quarenta anos. Em termos quantitativos, bastaria lançar um olhar sobre a produção deste período temporal, aqui relanceada apenas de modo parcial, para o concluir. Vimos que acompanhou o interesse pelos grandes coletivos da história, e que uma historiografia social alicerçada em cálculos estatísticos foi dando lugar aos enquadramentos mais focados na cultura e na política, esbatendo a influência da escola dos *Annales* em prol de um acompanhamento mais próximo das tendências historiográficas anglo-saxónicas. Passou-se de um relativo isolamento em termos de internacionalização para uma, por vezes, excessiva subserviência em relação às modas historiográficas ou de outras ciências sociais, e a uma aceitação acrítica das exigências da historiografia anglo-saxónica, que continua a encarar a maior parte dos historiadores portugueses como autores menores e, sempre que lho permitem, a exercer formas de dominação.

Sabemos hoje com alguma certeza que a economia não chega para definir o lugar dos indivíduos na escala social do Antigo Regime, razão pela qual damos valor a critérios de distinção, como o nascimento, o sangue, o estatuto, o privilégio, a linhagem, a reputação ou o género. Não se trata de privilegiar uma abordagem em detrimento de outras, mas de dar voz a particularidades e linguagens sociais entretanto esbatidas, que tinham uma importância crucial na vida das pessoas e das sociedades. Creio cada vez mais que só há dois tipos de história, a boa e a outra, e precisamos de todos os historiadores independentemente do tipo de história que escrevem.⁷ Não é altura para estarmos divididos.

A história social continua a ser o chão que pisamos: queremos uma história analítica, com coletivos e pessoas dentro, que procure chegar a conclusões relevantes, acrescentando valor ao conhecimento do passado, e que se encontre com as questões atuais, ajudando a pensar os problemas do nosso tempo. É fundamental também que a história social descubra uma das suas vocações, que consiste na construção de narrativas que deem corpo às múltiplas vozes do passado. Haverá que contemplar uma vertente pública, que não prescinde de ver, ouvir e ler estórias; contá-las garante

⁷ Paráfrase de uma citação de Duke Ellington segundo a qual “There are simply two kinds of music, good music and the other kind...”, no *site* <https://quotes.yourdictionary.com/author/duke-ellington/48612>, consultado a 22 de dezembro de 2021.

novos auditórios ao historiador, que geralmente assiste à divulgação de conhecimento histórico por jornalistas e curiosos. É fundamental que os historiadores sociais contemplem uma dimensão de história pública e ocupem o seu lugar nessa esfera, participando quer em ações em escolas, associações ou outras instituições, quer através da publicação de formatos mais acessíveis ao grande público.⁸ Importa lembrar que, ao contrário de tantas outras ciências e disciplinas, a história pode usar uma linguagem passível de ser compreendida por todos, o que representa uma vantagem do ponto de vista da divulgação do conhecimento. Na história social, como noutros campos, é urgente diversificar os públicos da história na estrita interseção entre a história académica e as preocupações comuns a todos.

Agradecimentos

Uma primeira versão deste texto foi apresentada no XL Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (Lisboa, julho de 2021), no painel “40 Anos de História Social em Portugal” (org. Graça Almeida Borges e José Vicente Serrão). Expresso a minha gratidão aos pareceristas anónimos pela sua valiosa contribuição para a versão final deste artigo.

■ Referências

- Abreu-Ferreira, Darlene (2000). “Fishmongers and Shipowners: Women in Maritime Communities of Early Modern Portugal”. *Sixteenth Century Journal*, XXXI (1), pp. 7-23.
- Abreu-Ferreira, Darlene (2002). “Work and Identity in Early Modern Portugal: What Did Gender Have to Do With it?”. *Journal of Social History*, 35 (4), pp. 859-887.
- Abreu-Ferreira, Darlene (2015). *Women, Crime, and Forgiveness in Early Modern Portugal*. Farnham: Ashgate.
- Abreu, Laurinda (1999). *Memórias da Alma e do Corpo: A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage.
- Abreu, Laurinda (2021). “Formações e carreiras médicas em Portugal no tempo de José Pinto de Azeredo (1764-1810)”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 28 (4), pp. 919-938.
- Algranti, Leila Mezan (1993). *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: Condição Feminina nos Conventos e Recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora.
- Almeida, Joana Estorninho de (2004). *A Forja dos Homens: Estudos Jurídicos e Lugares de Poder no Séc. XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Amorim, Maria Norberta (1987). *Guimarães 1580-1819: Estudo Demográfico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Antunes, Cátia (2020). “The Portuguese Maritime Empire: Global Nodes and Transnational Networks”, in R. Strootman, F. van den Eijnde, R. van Wijk (eds), *Empires of the Sea*. Boston: Brill, pp. 294-311.
- Araújo, Ana Cristina (1997). *A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações, 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias.

⁸ Um exemplo feliz deste modelo é o conjunto de histórias, narradas em poucas páginas por um conjunto muito vasto de historiadores, que formam o livro *Insubmissão e Revolta no Império Português* (Cunha 2021), recentemente recomendado pelo Plano Nacional de Leitura.

- Araújo, Maria Marta Lobo de (2000). *Dar aos Pobres e Empréstas a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*. Ponte de Lima; Vila Viçosa: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- Banner, James M. (2021). *The Ever-changing Past: Why All History Is Revisionist History*. New Haven: Yale U. Press.
- Barros, Filomena; Tavim, José Alberto (2021). "Mobilities and Communities between North Africa and Portugal: Muslims and Jews in the Medieval and Early Modern Ages". *Ler História*, 78, pp. 17-38.
- Bernfeld, Levie Tirtsah (2011). *Poverty and Welfare among the Portuguese Jews in Early Modern Amsterdam*. Portland: The Littman Library of Jewish Civilization.
- Bethencourt, Francisco (1994). *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália, Séculos XV-XIX*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Bethencourt, Francisco (2013). *Racisms. From the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton: Princeton U. Press.
- Bodian, Miriam (1997). *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*. Bloomington: Indiana U. Press.
- Bohorquez, Jesus; Menz, Maximiliano (2018). "State Contractors and Global Brokers: The Itinerary of Two Lisbon Merchants and the Transatlantic Slave Trade during the Eighteenth Century". *Itinerario*, 42 (3), pp. 403-429.
- Bouza Álvarez, Fernando J.; Cardim, Pedro; Feros, Antonio (eds) (2019). *The Iberian World: 1450-1820*. London; New York: Routledge.
- Burke, Peter (1993). *History and Social Theory*. Ithaca: Cornell U. Press.
- Cabral, Iva (2015). *A Primeira Elite Colonial Atlântica: Dos "Homens Honrados Brancos" de Santiago à "Nobreza da Terra": Finais do Séc. XV-Início do Séc. XVII*. Praia: Livraria Pedro Cardoso.
- Caldeira, Arlindo M. (1997). *Mulheres, Sexualidade e Casamento no Arquipélago de S. Tomé e Príncipe (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Caldeira, Arlindo M. (2017). *Escravos em Portugal. Das Origens ao Século XIX: Histórias de Vida de Homens, Mulheres e Crianças sob Cativo*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Caldeira, Arlindo M. (2021). *Mulheres Enclausuradas. As Ordens Religiosas Femininas em Portugal nos séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Casa das Letras.
- Camarinhas, Nuno (2010). *Juizes e Administração da Justiça no Antigo Regime: Portugal e o Império Colonial, Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Candido, Mariana (2013). *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland*. New York: Cambridge U. Press.
- Capela, José Viriato (1999). *Fidalgos, Nobres e Letrados no Governo do Município Bracarense: A Administração Económica e Financeira da Câmara no Apogeu e Crise do "Antigo Regime"*. Braga: Universidade do Minho.
- Carvalho, Joaquim (2007). "Interpersonal Networks and the Archaeology of Social Structures; Using Social Positioning Events to Understand Social Strategies and Individual Behavior". *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, pp. 175-193.
- Costa, Leonor Freire (2002). *Império e Grupos Mercantis entre o Oriente e o Atlântico: Século XVII*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cruz, Miguel Dantas da (2018). "Soterrados em petições: os liberais e a regulamentação do comércio itinerante em Portugal, 1820-1823". *Ler História*, 73, pp. 145-168.
- Cunha, Mafalda Soares da (2000). *A Casa de Bragança, 1560-1640: Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cunha, Mafalda Soares da (ed) (2021). *Resistências: Insubmissão e Revolta no Império Português*. Alfragide: Casa das Letras.
- Dantas, Mariana (2016). "Black Women and Mothers: Social Mobility and Inheritance Strategies in Minas Gerais during the Second Half of the Eighteenth Century". *Almanack. Guarulhos*, 12, pp. 88-104.
- Domingues, Ângela (2000). *Quando os Índios eram Vassallos: Colonização e Relações de Poder no Norte do Brasil na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

- Durães, Andreia (2013). “Grupos intermédios em Portugal (1600-1850): uma aproximação ao vocabulário social”. *Topoi*, 14 (27), pp. 318-343.
- Durães, Margarida (2001). *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII e XIX)*. Braga: Universidade do Minho (Tese de Doutoramento).
- Faria, Sheila de Castro (2004). *Sinhás Pretas, as Damas Mercadoras no Brasil Escravista. Pretas Minas: Rio de Janeiro e São João del Rey (1700-1850)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Tese para concurso de professor titular).
- Ferlini, Vera Lúcia Amaral (1998). *A Civilização do Açúcar: Séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Ferreira, Roquinaldo Amaral (2012). *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge U. Press.
- Figueirôa-Rêgo, João de; Olival, Fernanda (2011). “Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”. *Tempo*, XVI (30), pp. 115-145.
- Fonseca, Fernando Taveira da (1995). “A Universidade de Coimbra (1700-1771): estudo social e económico”. *Acta Universitatis Conimbrigensis (Septingentesimo Natali Edit)*. Coimbra: U. de Coimbra.
- Fonseca, Hélder A. (1982). “O senhorio de S. Marcos e a comunidade rural de Vale de Azares no séc. XVIII: contributo para o estudo da história rural no Antigo Regime em Portugal”. *Revista Portuguesa de História*, 19, pp. 184-270.
- Fonseca, Hélder A. (1987). “Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do Antigo Regime: alguns aspectos”. *Revista Portuguesa de História*, 22, pp. 47-114.
- Fonseca, Jorge (2010). *Escravos e Senhores na Lisboa Quinhentista*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fonseca, Jorge (2016). *Religião e Liberdade: Os Negros nas Irmandades e Confrarias Portuguesas (Séculos XV a XIX)*. Ribeirão: Húmus.
- Fragoso, João Luís Ribeiro; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima (eds) (2001). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa, Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gandelman, Luciana Mendes (2008). *Entre a cura das almas e o remédio das vidas: o recolhimento de órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a caridade para com as mulheres (ca 1739-1830)*. Rio de Janeiro: Editora Carioca.
- Garcia, Elisa Frühauf (2009). *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Grafe, Regina (2018). “Empires of Charity: Imperial Legitimacy and Profitable Charity in Colonial Spanish America”. *New Global Studies*, 12 (2), pp. 131-55.
- Green, Toby (2013). *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589*. New York: Cambridge U. Press.
- Guedes, Roberto (2007). “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)”, in J. L. R. Fragoso, C. M. C. de Almeida, A. C. J. de Sampaio (eds), *Conquistadores e Negociantes: Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos: América Lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 337-376.
- Hespanha, António Manuel (2001). “Luís de Molina e a escravização dos negros”. *Análise Social*, 35 (157), pp. 937-960.
- Hespanha, António Manuel (2019). *Filhos da Terra: Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Hufton, Olwen H. (1996). *The Prospect before Her: A History of Women in Western Europe*. New York: Alfred Knopf.
- Karush, Matthew B; Stearns, Peter N. (2018). “Five Decades of Social History: An Interview with Peter Stearns”. *Journal of Social History*, 51 (3), pp. 488-499.
- Ko, Dorothy (2012). “Gender”, in U. Rublack (ed), *A Concise Companion to History*. Oxford: Oxford U. Press, pp. 203-225.
- Lahon, Didier (2003). “Eslavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal (XVIe-XVIIIe siècles)”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 15, pp. 119-162.

- Lara, Silvia Hunold (2007). *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lopes, Maria Antónia (2000). *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra: 1750-1850*. Viseu: Palimage.
- Lopes, Maria de Jesus dos Mártires, (coord) (2006). “O império oriental: 1660-1820”, in J. Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dir), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa, vol. 5, t. 2.
- López-Salazar, Ana Isabel (2019). “De la teología a la crítica social: preludios antirracistas en la Goa barroca”. *Ler História*, 75, pp. 157-177.
- Lousada, Maria Alexandre (1995). *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do Século XVIII a 1834*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Madeira-Santos, Catarina (2019). “Impossible Whiteness, impossible Miscegenation? Enlightenment, Gender and the Politics of Race in Colonial Angola (c. 1760-1806)”. *Portuguese Studies Review*, 27 (1), pp. 67-113.
- Magalhães, Joaquim Romero (1988). *O Algarve Económico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa.
- Magalhães, Joaquim Romero (1994). “As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa de Antigo Regime: os concelhos”. *Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 4, pp. 30-47.
- Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro (2013). *História da Inquisição Portuguesa, 1526-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Martins, Hugo (2019). “Justiça e litigação na comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo, 1652-1682”. *Ler História*, 74, pp. 17-40.
- Matos, Paulo Teodoro de (2016). “Counting Portuguese Colonial Populations, 1776-1875: A Research Note”. *The History of the Family*, 21 (2), pp. 267-80.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (1998). *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (ed) (2011). *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (2017). “A História Social em Portugal (1779-1974). Esboço de um itinerário de pesquisa”, in S. C. Matos, M. I. João (eds), *Historiografia e Res Publica nos dois Últimos Séculos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa; Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, pp. 184-200.
- Moreira, Vânia (2019). *Reinventando a Autonomia. Liberdade, Propriedade, Autogoverno e Novas Identidades Indígenas na Capitania do Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas.
- Moreyra, Beatriz I. (2014). “El revival de la historia social en la primera década del siglo XXI: ¿retorno o reconfiguración?”. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 7 (15), pp. 168-86.
- Navickas, Katrina (2018). “A Return to Materialism? Putting Social History Back Into Place”, in S. Handley, R. McWilliam, L. Noakes (eds), *New Directions in Social and Cultural History*. London: Bloomsbury Academic, pp. 87-108.
- Neto, Margarida Sobral (1997). *Terra e Conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*. Viseu: Palimage.
- Neto, Margarida Sobral (2010). *O Universo da Comunidade Rural. Época Moderna*. Coimbra: Palimage.
- Olival, Fernanda (2001). *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar.
- Oliveira, António de (1971). *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos.
- Osswald, Maria Helena (2008). *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*. Porto: Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).
- Paiva, José Pedro (2006). *Os Bispos de Portugal e o Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da U. de Coimbra.
- Pedreira, Jorge (1995). *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento).

- Penalva, Elsa (2011). *Mulheres em Macau: Donas Honradas, Mulheres Livres e Escravas, Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar; Centro Científico e Cultural de Macau.
- Pereira, Miriam Halpern (1992). *Negociantes, Fabricantes e Artesãos, entre Velhas e Novas Instituições*. Lisboa: Sá da Costa.
- Polónia, Amélia (2007). *A Expansão Portuguesa numa Perspectiva Local: O Porto de Vila do Conde no Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ribeiro, Ana Sofia Vieira (2012). *Convívios Difíceis: Viver, Sentir e Pensar a Violência no Porto de Setecentos (1750-1772)*. Porto: Afrontamento; CITCEM.
- Richardson, David; Silva, Filipa Ribeiro da (eds) (2015). *Networks and Trans-cultural Exchange: Slave Trading in the South Atlantic, 1590-1867*. Leiden: Brill.
- Rodrigues, Aldair Carlos; Olival, Fernanda (2016). “Reinóis versus naturais nas disputas pelos lugares eclesiásticos do Atlântico português: aspectos sociais e políticos (século XVIII)”. *Revista de História*, 175, pp. 25-66.
- Rodrigues, Eugénia (2013). *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: Os Prazos da Coroa em Moçambique no Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rodrigues, José Damião (2003). *São Miguel no Século XVIII: Casa, Elites e Poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Rodrigues, Lisbeth (2019). “Debt Litigation and the Performance of Law Courts in Eighteenth-Century Portugal”. *The Journal of Interdisciplinary History*, 50 (2), pp. 237-268.
- Rodrigues, Miguel Jasmins; Torrão, Maria Manuel (2011). *Pequena Nobreza de Aquém e de Além-Mar: Poderes, Patrimónios e Redes*. Lisboa: CHAM; IICT.
- Rowland, Robert (1984). “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada”. *Ler História*, 3 (24), pp. 13-32.
- Rowland, Robert (1988). “Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional”, in V. Pérez Moreda, D. Reher (eds), *Demografía Histórica en España*. Murcia: U. de Murcia, pp. 45-86.
- Russell-Wood, A. J. R. (1982). *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. New York: Palgrave Macmillan.
- Sá, Isabel dos Guimarães (1995). *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: O Caso dos Expostos do Porto no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sá, Isabel dos Guimarães (1997). *Quando o Rico se Faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Santos, Rui (1993). “Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII”. *Análise Social* (121), pp. 345-369.
- Schwartz, Stuart B. (1988). *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Seidman, Michael (2007). “Social History and Antisocial History”. *Common Knowledge*, 13 (1), pp. 40-49.
- Serrão, José Vicente (2000). *Os Campos da Cidade: Configuração das Estruturas Fundiárias da Região de Lisboa nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: ISCTE (Tese de Doutoramento).
- Serrão, José Vicente; Rodrigues, Eugénia (2017). “Migration and Accommodation of Property Rights in the Portuguese Eastern Empire, Sixteenth-Nineteenth Centuries”, in R. Congost, J. Gelman, R. Santos (eds), *Property Rights in Land: Issues in Social, Economic and Global History*. London and New York: Routledge, 2017, pp. 9-31.
- Sewell, William Hamilton (2005). *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*. Chicago: U. of Chicago Press.
- Silva, Álvaro Ferreira da (1987). “Família e trabalho doméstico no hinterland de Lisboa: Oeiras, 1763-1810”. *Análise Social*, XXIII (97), pp. 531-562.
- Silva, Álvaro Ferreira da (1995). “A solução dum paradoxo entre duas abordagens da família: a composição do grupo doméstico e as trajetórias familiares”. *Ler História*, 29, pp. 45-66.
- Silva, Filipa Ribeiro da (2011). *Dutch and Portuguese in Western Africa: Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580-1674*. Leiden; Boston: Brill.

- Silva, Hugo Ribeiro da (2010). *O Cabido da Sé de Coimbra: Os Homens e a Instituição (1620-1670)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Soares, Sérgio Cunha (1995). *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Poder e Poderosos na Idade Moderna*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).
- Sousa, Fernando de (1979). *O Clero a Norte do Douro em Finais de Setecentos*. Porto: ed. de autor.
- Sousa, Fernando; Rocha, Ricardo; Ferreira, Diogo; Amorim, Paulo (2020). "O clero secular a norte do rio Douro em finais de setecentos". *Lusitania Sacra*, 41, pp. 111-139.
- Souza, George Bryan (1986). *The Survival of Empire. Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea 1630-1754*. Cambridge: Cambridge U. Press.
- Souza, Laura de Mello e (1990). *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal.
- Soyer, Francois (2012). *Ambiguous Gender in Early Modern Spain and Portugal: Inquisitors, Doctors and the Transgression of Gender Norms*. Leiden: Brill.
- Stearns, Peter N. (ed) (1994). *Encyclopedia of Social History*. New York: Garland.
- Stumpf, Roberta; Chaturvedula, Nandini (eds) (2012). *Cargos e Ofícios nas Monarquias Ibéricas: Provisão, Controlo e Venalidade, Séculos XVII-XVIII*. Ponta Delgada; Lisboa: U. dos Açores; Centro de História de Além-Mar.
- Subtil, José (1995). *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Subtil, José (2010). *Dicionário dos Desembargadores, 1640-1834*. Lisboa: Edual.
- Sullón Barreto, Gleydi (2016). *Extranjeros Integrados: Portugueses en la Lima Virreinal, 1570-1680*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Swetschinski, Daniel M. (2004). *Reluctant Cosmopolitans: The Portuguese Jews of Seventeenth-Century Amsterdam*. Oxford: Littman Library.
- Tavim, José Alberto Rodrigues da Silva (2001). *Judeus e Cristãos-Novos de Cochim: História e Memória (1500-1662)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Tese de Doutoramento).
- Terpstra, Nicholas (2013). *Cultures of Charity. Women, Politics, and the Reform of Poor Relief in Renaissance Italy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard U. Press.
- Trivellato, Francesca (2009). *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*. New Haven; London: Yale U. Press.
- Vale, A. M. Martins do (1997). *Os Portugueses em Macau, 1750-1800: Degredados, Ignorantes e Ambiciosos ou Fiéis Vassallos d'El-Rei?* Macau: Instituto Português do Oriente.
- Vaquinhas, Irene; Ribeiro, Maria Manuela Tavares (2020). "Os estudantes da Universidade de Coimbra da reforma pombalina à implantação da República, 1772-1910". *Ler História*, 76, pp. 55-79.
- Ventura, Maria da Graça Mateus (2005). *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Xavier, Ângela Barreto (2008). *A invenção de Goa: Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SOCIAL HISTORY ON THE EARLY MODERN PORTUGAL: A REVIEW OF THE LAST FORTY YEARS, 1980-2020

Social history became an expanding field in Portugal through a generation of historians who initiated or renovated the study of important topics within the framework of their doctorate theses. Although new studies kept social issues in their horizons, in the following decades this boom slowed its intensity, in part due to some devaluation of quantitative approaches, and also on account of the emergence of political and cultural history. This essay reviews some of the most important studies about the social history of early modern Portugal, covering the last 40 years. It also aims to draw an outline of a research agenda concerning the social history of Portugal and its empire.

Keywords: social history, Portugal, Portuguese empire, early modern period.



HISTOIRE SOCIALE SUR LA PÉRIODE MODERNE AU PORTUGAL: UN APERÇU DES 40 DERNIÈRES ANNÉES, 1980-2020

L'histoire sociale au Portugal a connu une période d'expansion dans les années 1990, grâce à une génération d'historiens qui ont commencé ou renouvelé l'étude de sujets importants dans le cadre de leurs thèses de doctorat. Bien que les nouvelles études ne manquent pas d'avoir le social comme composante importante, au cours des décennies suivantes, cet intérêt s'est fait sentir avec moins d'intensité, en partie en raison d'une certaine dévalorisation des approches quantitatives, et de l'essor de l'histoire politique et culturelle. Faisant le point sur les principaux travaux d'historiographie sociale sur la période moderne au Portugal dans les 40 dernières années, cet essai entend également esquisser une proposition d'agenda de recherche en termes d'histoire sociale du Portugal et de son empire.

Mots-clés: histoire sociale, Portugal, empire portugais, époque moderne.